



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Registro de preços para aquisição, de forma PARCELADA, de pneus e câmaras de ar novos, a fim de atender as necessidades da frota de veículos e máquinas do Município de Sulina/PR.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto o registro de preços para aquisição, de forma parcelada, de pneus e câmaras de ar novos, destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Sulina/PR, conforme demanda apresentada pelas diversas secretarias municipais. A necessidade da contratação decorre do desgaste natural dos pneus em razão da utilização contínua dos veículos em atividades essenciais, tais como transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, coleta de resíduos e demais serviços operacionais, sendo imprescindível a reposição periódica para garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos.

A solução adotada, consistente na aquisição de pneus novos, mostra-se a mais adequada sob o ponto de vista técnico e econômico, uma vez que assegura maior durabilidade, desempenho e segurança na utilização dos veículos, reduzindo riscos de acidentes e custos com manutenção corretiva. Ademais, a contratação por meio de registro de preços e fornecimento parcelado possibilita maior flexibilidade na gestão da frota, permitindo aquisições conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando estoques excessivos e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

A definição das especificações técnicas e dos requisitos mínimos de qualidade, como a exigência de pneus novos, certificação pelos órgãos competentes e garantia contra defeitos de fabricação, visa mitigar riscos relevantes identificados no processo, especialmente aqueles relacionados ao fornecimento de produtos de baixa qualidade, especificações inadequadas e prejuízos à segurança da frota. Tais medidas contribuem para assegurar a adequada execução contratual e o atendimento do interesse público.

Quanto à formação dos preços, observa-se que os valores estimados foram obtidos por meio de pesquisa de mercado baseada em múltiplas fontes, utilizando a média dos valores praticados, o que proporciona maior fidedignidade e reduz riscos de sobrepreço ou inexecutabilidade. Essa metodologia está alinhada às boas práticas de contratação pública e às exigências da legislação vigente.

Por fim, a contratação mostra-se plenamente justificada, considerando que os riscos identificados são conhecidos, controláveis e possuem medidas preventivas e mitigadoras definidas, não havendo impedimentos à sua realização. Dessa forma, a aquisição pretendida atende ao interesse público, garantindo segurança, economicidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços municipais.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.





- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.
- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.

4. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme pesquisa de preços e os demais documentos anexos, segue a estimativa de custos, bem como as especificações técnicas básicas:

VALOR ESTIMADO: **R\$ 1.394.349,59** (um milhão, trezentos e noventa de quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais, e cinquenta e nove centavos).

Conforme descrição abaixo:

Código	Item	Unidade	Quantidade	Valor Unit	Valo
1	Pneu 225/65 R16C	UN	118	R\$ 729,67	R\$ 86.100,67
2	Pneu 175/70 R14	UN	80	R\$ 390,97	R\$ 31.277,33
3	Pneu 195/55 R16	UN	80	R\$ 434,12	R\$ 34.729,33
4	Pneu 215/65 R16 Misto	UN	12	R\$ 632,67	R\$ 7.592,00
5	Pneu 215/75 R17,5 Misto	UN	92	R\$ 926,88	R\$ 85.272,96
6	Pneu 100/90-10	UN	20	R\$ 305,30	R\$ 6.105,93
7	Pneu 90/90-12	UN	20	R\$ 312,63	R\$ 6.252,67
8	Pneu 215/55/18	UN	8	R\$ 846,33	R\$ 6.770,67
9	Pneu 215/50/17	UN	8	R\$ 595,33	R\$ 4.762,64
10	Pneu 185/60/15	UN	26	R\$ 449,82	R\$ 11.695,23
11	Pneu 10.00-20 R20 16L Borrachudo Radial	UN	22	R\$ 2.521,67	R\$ 55.476,67
12	Pneu 10.00-20 R20 16L Misto Radial	UN	18	R\$ 2.198,33	R\$ 39.570,00
13	Pneu 275/80 R22.5 Borrachudo Radial	UN	110	R\$ 2.197,66	R\$ 241.742,97
14	Pneu 275/80 R22.5 Misto Radial	UN	110	R\$ 2.139,33	R\$ 235.326,67
15	Pneu 275/80 R22.5 Liso	UN	10	R\$ 2.110,33	R\$ 21.103,33
16	PNEU 275/80 R22.5 LISO RADIAL	UN	20	R\$ 2.110,33	R\$ 42.206,67





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SULINA

www.sulina.pr.gov.br | prefeitura@sulina.gov.br



17	PNEU 17.5-25 R25	UN	6	R\$ 4.398,67	R\$ 26.392,00
18	PNEU 185/70 R14	UN	54	R\$ 395,00	R\$ 21.330,00
19	PNEU 175/70 R13	UN	20	R\$ 376,67	R\$ 7.533,33
20	PNEU 265/75 R16	UN	8	R\$ 993,33	R\$ 7.946,67
21	PNEU 20.5-25 R25	UN	4	R\$ 6.579,33	R\$ 26.317,33
22	PNEU 14.00-24 R24 RADIAL	UN	6	R\$ 8.583,00	R\$ 51.498,00
23	PNEU 12.5/80 R18	UN	14	R\$ 1.916,67	R\$ 26.833,33
24	PNEU 19.5L-24 R24	UN	4	R\$ 3.815,00	R\$ 15.260,00
25	PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO	UN	22	R\$ 850,00	R\$ 18.700,00
26	PNEU 205/70 R15 CARGA	UN	8	R\$ 525,00	R\$ 4.200,00
27	PNEU 235/75 R17.5 MISTO	UN	30	R\$ 1.090,00	R\$ 32.699,90
28	PNEU 235/75 R17.5 BORRACHUDO	UN	20	R\$ 1.005,33	R\$ 20.106,60
29	PNEU 12.4-24 R24	UN	8	R\$ 1.755,72	R\$ 14.045,73
30	PNEU 14.9-24 R24	UN	4	R\$ 2.096,88	R\$ 8.387,52
31	PNEU 18.4-30 R30	UN	4	R\$ 3.852,67	R\$ 15.410,67
32	PNEU 18.4-34 R34	UN	4	R\$ 4.233,29	R\$ 16.933,16
33	PNEU 7.50-16 R16 VAGAO	UN	8	R\$ 934,00	R\$ 7.472,00
34	PNEU 7.00-16 R16 PLANTADEIRA	UN	8	R\$ 799,81	R\$ 6.398,45
35	PNEU 185/65 R15	UN	54	R\$ 392,66	R\$ 21.203,82
36	PNEU 215/75 R17.5 MISTO MICRO	UN	18	R\$ 926,88	R\$ 16.683,84
37	PNEU 225/50 R17	UN	8	R\$ 735,33	R\$ 5.882,67
38	PNEU 23.1-26 R26 ROLO	UN	10	R\$ 7.193,67	R\$ 71.936,67
39	PNEU 12-16.5 R16.5 MINICARREGADEIRA	UN	10	R\$ 1.270,00	R\$ 12.700,00
40	PNEU 195/55 R16	UN	28	R\$ 434,12	R\$ 12.155,27
41	PNEU 205/65 R16	UN	8	R\$ 583,67	R\$ 4.669,33
42	PNEU 195/65 R15	UN	4	R\$ 529,67	R\$ 2.118,67
43	PNEU 185/65 R16	UN	4	R\$ 470,56	R\$ 1.882,23
44	PNEU 205/65 R15	UN	4	R\$ 416,67	R\$ 1.666,67
TOTAL					R\$ 1.394.349,59

Código CatMat – 637333 – Pneu veículo automotivo

Havendo divergências entre a descrição do item e o CatMat, deverá prevalecer o prescrito no Termo de Referência.





5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme parecer contábil datado de 14 de abril de 2026, segue:

DOTAÇÕES				
Exercício	Conta despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Valor das dotações
2026	1650	03.01.04.122.0004.2.005000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 51.039,09
2026	1937	03.01.04.122.0004.2.005000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Rec. Ord. Livres	
2026	1954	06.02.10.301.0018.2.029000.3.3.90.30.39.02.00	303 – Saúde	R\$ 34.486,84
2026	2046	06.02.10.301.0018.2.029000.3.3.90.30.39.01.00	303 – Saúde	
2026	1953	06.01.10.122.0017.2.028000.3.3.90.30.39.02.00	303 – Saúde	R\$ 34.139,18
2026	2047	06.01.10.122.0017.2.028000.3.3.90.30.39.01.00	303 – Saúde	
2026	1966	08.01.20.608.0023.2.041000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 29.570,79
2026	1915	08.01.20.608.0023.2.041000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Rec. Ord. Livres	
2026	1964	07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.39.02.00	504 – Royalties	R\$ 223.138,06
2026	2048	07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.39.01.00	504 – Royalties	
2026	1962	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.39.02.00	504 – Royalties	R\$ 771.694,77
2026	2049	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.39.01.00	504 – Royalties	
2026	1960	07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 112.319,57
2026	2050	07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Rec. Ord. Livres	
2026	1958	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 481.874,26
2026	2051	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Rec. Ord. Livres	
2026	1969	09.01.23.695.0025.2.045000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 37.568,72
2026	2052	09.01.23.695.0025.2.045000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Rec. Ord. Livres	
2026	1941	04.01.12.361.0007.2.011000.3.3.90.30.39.02.00	104 – Educ 25%	R\$ 96.214,00
2026	2053	04.01.12.361.0007.2.011000.3.3.90.30.39.01.00	104 – Educ 25%	
2026	1939	04.01.12.361.0007.2.010000.3.3.90.30.39.02.00	104 – Educ 25%	R\$ 79.623,01
2026	2054	04.01.12.361.0007.2.010000.3.3.90.30.39.01.00	104 – Educ 25%	
2026	1945	04.01.12.361.0007.2.010000.3.3.90.30.39.02.00	103 – Educ 5%	R\$ 84.728,55
2026	2056	04.01.12.361.0007.2.010000.3.3.90.30.39.01.00	103 – Educ 5%	
2026	1946	04.01.12.361.0007.2.011000.3.3.90.30.39.02.00	103 – Educ 5%	R\$ 138.557,43
2026	2057	04.01.12.361.0007.2.011000.3.3.90.30.39.01.00	103 – Educ 5%	
2026	1952	05.01.08.245.0016.2.023000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Recursos Livres	R\$ 36.327,88
2026	2058	05.01.08.245.0016.2.023000.3.3.90.30.39.01.00	0 – Recursos Livres	
2026	1951	05.02.08.243.0013.6.001000.3.3.90.30.39.02.00	0 – Recursos Livres	R\$ 18.447,56
2026	2060	05.01.08.245.0016.2.023000.3.3.90.30.39.01.00	934 – BL Fin. Gestão	

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Os pneus a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas conforme o tipo de aplicação, considerando as características dos veículos e máquinas da frota municipal, garantindo segurança, desempenho e durabilidade adequados.

6.1. Pneus para veículos leves e utilitários

Os pneus destinados a veículos leves, utilitários e vans deverão ser do tipo radial, novos, de primeiro uso, com construção adequada para uso urbano e rodoviário. Deverão possuir desenho de banda de rodagem apropriado para uso em pavimentação asfáltica, proporcionando aderência, estabilidade e conforto na condução.

Deverão atender aos índices de carga e velocidade compatíveis com os veículos, conforme especificações do fabricante, bem como apresentar baixo nível de ruído e boa





eficiência de consumo. É obrigatória a certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e garantia contra defeitos de fabricação.

6.2. Pneus para caminhões e ônibus

Os pneus destinados a caminhões, ônibus e veículos de transporte pesado deverão ser do tipo radial, com alta resistência estrutural, próprios para suportar cargas elevadas e longos percursos.

Deverão possuir classificação conforme sua aplicação, podendo ser:

- Lisos (rodoviários): indicados para uso predominante em asfalto;
- Mistos: indicados para uso combinado em vias pavimentadas e não pavimentadas;
- Borrachudos (tração): indicados para eixos de tração, com maior aderência.

Os pneus deverão apresentar elevada durabilidade, resistência a impactos e cortes, além de sulcos adequados para escoamento de água e tração em diferentes tipos de terreno.

6.3. Pneus para máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

Os pneus destinados a máquinas pesadas, como retroescavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras, rolos compactadores e tratores, deverão ser específicos para uso fora de estrada (off-road) ou agrícola.

Deverão possuir:

- Estrutura reforçada para suportar cargas elevadas e condições severas de uso;
- Alta resistência a cortes, abrasão e perfurações;
- Banda de rodagem com desenho apropriado para tração em solo irregular, barro, cascalho e terra;
- Capacidade de operação em baixa velocidade com alta carga.

Os pneus agrícolas deverão ser adequados ao tipo de solo e atividade, garantindo tração eficiente e menor compactação do solo.

6.4. Pneus para motocicletas e equipamentos leves

Os pneus destinados a motocicletas e equipamentos leves deverão ser novos, de primeiro uso, com construção adequada para uso urbano, garantindo estabilidade, aderência e segurança.

Deverão possuir desenho de banda compatível com uso em vias pavimentadas, além de atender aos índices de carga e velocidade recomendados pelo fabricante do veículo.

6.5. Requisitos gerais aplicáveis a todos os itens





Independentemente do tipo, todos os pneus deverão:

- Ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos pneus reformados ou similares;
- Possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- Apresentar data de fabricação não superior a 12 meses na entrega;
- Possuir garantia contra defeitos de fabricação;
- Ser compatíveis com os veículos da frota municipal;
- Estar livres de defeitos, avarias ou desgaste;
- Ser entregues adequadamente armazenados e transportados.

6.6 Documentação técnica

Para fins de habilitação e/ou aceitação da proposta, a licitante deverá apresentar documentação que comprove a regularidade técnica e ambiental dos produtos ofertados, conforme segue:

I – **Certificação de conformidade dos produtos junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia**, obrigatória para pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, aplicável aos pneumáticos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros (inclusive de uso misto), veículos comerciais, comerciais leves e rebocados, conforme regulamentação vigente e entendimento consolidado pelo Acórdão nº 1045/16 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

II – Comprovação de regularidade ambiental do fabricante ou importador mediante apresentação do **Certificado de Regularidade junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**, bem como inscrição no **Cadastro Técnico Federal – CTF**, emitido em nome do fabricante ou importador dos pneus;

III – Comprovação de que o fabricante ou importador encontra-se devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal na atividade de **fabricação de pneus e similares**, em conformidade com a **Resolução CONAMA nº 416/2009** e com a **Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010**;

IV – Quando se tratar de empresa importadora, deverão ser apresentados os documentos necessários que comprovem o vínculo entre a importadora e a marca dos pneus ofertados, de modo a garantir a rastreabilidade e regularidade do produto;

V – Apresentação de **catálogo, ficha técnica ou prospecto dos produtos**, juntamente com a proposta, contendo informações que permitam a verificação das especificações técnicas dos pneus ofertados;

VI – Declaração de que a proponente se compromete a fornecer pneus com **data de fabricação não superior a 12 (doze) meses** no momento da entrega, em conformidade com o entendimento do Acórdão nº 1045/16 do TCE/PR, visando assegurar a adequada vida útil dos produtos;

VII – Declaração de que a proponente se compromete a garantir os produtos pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, assegurando condições adequadas de segurança, estabilidade





e desempenho durante a utilização, conforme entendimento do Acórdão nº 1045/16 do TCE/PR;

VIII – Declaração de que a proponente se compromete a implementar a **logística reversa dos pneus inservíveis**, realizando o recolhimento dos produtos descartados sempre que solicitado pela Administração, sem custos adicionais, em conformidade com o art. 33, inciso III, da **Lei nº 12.305/2010**;

7. DOS PRAZOS

7.1. Do prazo do contrato

A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da emissão do contrato, podendo ser prorrogadas a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

Em caso de prorrogado dos prazos de execução e vigência, os valores podendo sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do índice IPCA.

7.2 Prazo de entrega

A entrega dos pneus deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal emitida pelo setor competente.

O prazo máximo para entrega dos itens será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da requisição de compra.

Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro do território do Município, em horário de expediente, correndo por conta da contratada todas as despesas relacionadas ao transporte, carga, descarga e seguro dos materiais.

Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, sendo que a Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à contratada a substituição no prazo máximo de até **02 (dois) dias úteis**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8. DA PESQUISA DE PREÇOS

As fontes de pesquisa de preços basearam-se em 01 fornecedores conhecidos da Administração Municipal, juntamente com contratos de outros órgãos públicos. Assim, os valores unitários e totais foram obtidos mediante a média de preços, aferida de no mínimo três orçamentos e no mínimo duas fontes de pesquisa diversas, indicando o julgamento, demonstrando a realização de pesquisa de mercado.

9. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

O parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente adequado e economicamente vantajoso, considerando que a aquisição de pneus envolve diversas medidas e especificações destinadas a atender diferentes tipos de veículos e máquinas da frota municipal. A divisão em itens distintos permite o fornecimento independente de cada produto, sem prejuízo à execução contratual, além de ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores que atuam de forma segmentada no mercado.





Ademais, o parcelamento contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas e para a mitigação de riscos relacionados à formação de preços e à restrição de competitividade. Dessa forma, garante maior economicidade, transparência e eficiência na contratação, atendendo ao interesse público e às diretrizes da legislação vigente.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

a) São obrigações do Contratado:

- a.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- a.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);
- a.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- a.4.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- a.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com a Administração para gestão do contrato;
- a.6.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- a.7.** manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município, conforme legislação vigente;
- a.8.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- a.9.** arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133/2021, de 2021.

b) São obrigações do Município Contratante:

- b.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- b.4.** comunicar ao Contratado, por escrito, as falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas, fixando prazo para correção;
- b.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores designados;
- b.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e em seus anexos;
- b.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;





b.8. prestar esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pelo Contratado, assim como emitir decisão sobre as solicitações e reclamações sobre a execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

b.9. ressarcir o Contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

b.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao órgão competente, para a apuração de eventuais ilícitos.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e mediante verificação da regularidade fiscal, observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente, que deverá ser na instituição financeiro contratado pelo Município.

12.3 O prazo estabelecido no item “a” ficará suspenso na hipótese prevista no item 13, “d.1” das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Sulina, CNPJ 80.869.886/0001-43, Endereço Rua Tupinambá nº 68, bairro Centro, constando número do contrato e empenho, para fins de rastreabilidade.

13. DO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

a) É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

b) A alteração subjetiva a que se refere o item anterior deverá ser formalizada através de termo aditivo ao contrato.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO





É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto do contrato será cumprido conforme o cronograma destacado no item 9 deste termo de referência.

17. DAS RETENÇÕES FISCAIS

17.1. A CONTRATANTE realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

17.2. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

17.3. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

17.4. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e nos art. 3º e seguintes do Decreto nº 107/2023 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 098/2023 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Departamento Jurídico.

19. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

a) Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a.1) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- a.2) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- a.3) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- a.4) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar





relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;

a.5) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras, Patrimônio e Material para a formalização dos procedimentos de que trata o art. 91 da Lei nº. 14.133, de 2021, no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias ou em tempo hábil;

a.6) elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;

a.7) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);

a.8) analisar a documentação que antecede o pagamento;

a.9) analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

a.10) analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

a.11) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

a.12) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

a.13) responder a solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

a.14) outras atividades compatíveis com a função.

b) O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, a entrega dos materiais e a execução das obras e serviços de engenharia.

b.1) O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

b.2) A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos na legislação aplicável.

b.3) O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia e demais áreas correlatas, sendo que essa figura não se confunde com o fiscal da obra em si, o qual deverá ser engenheiro ou arquiteto com conhecimentos técnicos na área afim de aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação de serviços são compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados, podendo ser auxiliado pelo fiscal do contrato.

b.4) O fiscal de contrato terá as seguintes atribuições:

b.4.1) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b.4.2) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b.4.3) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

b.4.4) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

b.4.5) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

b.4.6) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

b.4.7) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;





b.4.8) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

b.4.9) convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com a finalidade de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para a execução do objeto, dentre outros que julgar pertinente, se for o caso.

c) Caberá ainda ao fiscal do contrato:

c.1) esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

c.2) expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

c.3) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

c.4) adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

c.5) conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

c.6) proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

c.7) determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

c.8) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

c.9) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

c.10) receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

c.11) dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

c.12) verificar a correta aplicação dos materiais;

c.13) requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

c.14) realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;

c.15) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

c.16) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c.17) no caso de obras e serviços de engenharia, manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

c.18) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c.19) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

c.20) outras atividades compatíveis com a função.

d) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

e) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos





observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

f) A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

f.1) os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

f.2) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

f.3) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

f.4) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

f.5) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

f.6) a satisfação do público usuário.

g) O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

h) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

i) O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

j) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

j.1) no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em relação aos empregados vinculados ao contrato.

j.2) No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SULINA

www.sulina.pr.gov.br | prefeitura@sulina.gov.br



- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
- j.3) No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- k) A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria da Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

O Fiscal do Contrato, quando verificar problemas no nível de qualidade dos serviços, deverá intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições, conforme **Portaria Municipal nº 030/2025**, sendo:

SECRETARIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETÁRIO	GELSO ROBERTO CHIOQUETTA
GESTOR DO CONTRATO	GELSO ROBERTO CHIOQUETTA
FISCAL DO CONTRATO	FRANCIMARA PIRES KLASSEN
SECRETARIA	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
SECRETÁRIO	SELVINO LIRA
GESTOR DO CONTRATO	SELVINO LIRA
FISCAL DO CONTRATO	ELIANE RITTER DZIVIELEVSKI
SECRETARIA	VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS
SECRETARIO	DONIZETE MARQUES
GESTOR DO CONTRATO	MOACIR DA ROSA
FISCAL DO CONTRATO	DARLEI FORLIN
SECRETARIA	SAÚDE
SECRETÁRIO	RONAN ERNZEN
GESTOR DO CONTRATO	RONAN ERNZEN
FISCAL DO CONTRATO	MARINEZ DA ROSA RESTELO
SECRETARIA	EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETÁRIA	CLECILDE FABIANE
GESTORA DO CONTRATO	CLECILDE FABIANE
FISCAL DO CONTRATO	TÂNIA CRISTINA ALVES PINHEIRO
SECRETARIA	PROMOÇÃO SOCIAL
SECRETÁRIA	CLEMARI DA MOTTA FINGER
GESTORA DO CONTRATO	CLEMARI DA MOTTA FINGER
FISCAL DO CONTRATO	JEANDRA DE PAULA C. NOGUEIRA
SECRETARIA	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIO	CELSE JOSÉ GRIEBELER
GESTOR DO CONTRATO	CELSE JOSÉ GRIEBELER
FISCAL DO CONTRATO	GIOVANA MARTINELLI

Documento assinado digitalmente em 20/05/2026 13:07:25
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/F0zn8> para
verificar a autenticidade.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SULINA

www.sulina.pr.gov.br | prefeitura@sulina.gov.br



ALAN LUIZ GRIEBELER
SETOR DE CONTRATAÇÕES
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Documento assinado digitalmente em 20/05/2026 13:07:25
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/FOzn8> para
verificar a autenticidade.

